

# Investimento Social Privado (ISP): uma revisão bibliográfica sistemática

**Bárbara Tavares de Paula**  
**barbaratavares1310@gmail.com**  
UFV

**Evandro Rodrigues de Faria**  
**evandrozd@hotmail.com**  
UFV

**Júlia Stefani Thomazini Pizzol**  
**julia.pizzol@ufv.br**  
UFV

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo investigar o estudo do tema Investimento Social Privado (ISP) na literatura acadêmica nacional, visando refletir sobre seu potencial de contribuição para a coprodução do bem público. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica sistemática (RBS) conforme roteiro de Conforto, Amaral e Silva (2011), o RBS Roadmap, tendo como bases de dados os Periódicos CAPES, Spell, SciElo, e os anais de eventos da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD). A partir dos filtros escolhidos, selecionou-se 25 (vinte e cinco) artigos para a pesquisa. A análise bibliográfica evidenciou diferenças de posicionamento em relação às potencialidades do ISP como forma de se suprir demandas sociais, estabelecendo um debate a respeito da inserção da iniciativa privada na esfera pública e a supervalorização do privado em relação ao público. Em termos metodológicos têm-se buscado, principalmente, avaliar os impactos do ISP. Acreditamos que o ISP pode ser uma forma de coprodução do bem público e que é possível a inserção da iniciativa privada na esfera pública sem que haja o desmonte do caráter público do setor, mas havendo, por outro lado, uma cooperação capaz de tornar a sociedade mais justa e igualitária.

**Palavras Chave:** ISP - RBS Roadmap - Coprodução - Adm. pública -

## 1. INTRODUÇÃO

O Estado é o agente responsável pela garantia dos direitos sociais dos cidadãos no Brasil, conforme previsto no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã (BRASIL, 1988). A União, em conjunto com os estados e municípios, são os responsáveis pela manutenção do bem-estar social dos cidadãos brasileiros e devem formular políticas públicas capazes de suprir demandas sociais existentes.

Todavia, tais necessidades aumentaram significativamente em uma proporção que o governo se tornou impotente para responder de forma suficiente e, a partir disso, reconhece sua incapacidade de ser o único responsável por tomar decisões e formular políticas públicas que tenham o poder de garantir aos cidadãos atendimento pleno de seus direitos (PERRET; JUNQUEIRA; FERREIRA, 2011; TOMBI; SALM; MENEGASSO, 2006). Dessa forma, torna-se importante a inserção de novos atores que sejam capazes, individualmente ou em conjunto, de suprir essa carência. No entanto, “o aparelho de governo não perde relevância, mas ele passa a fazer parte de sistemas de governança mais amplos” (ANDION *et al.*, 2010, p. 3), não devendo haver supervalorização do privado sobre o público, mas a cooperação entre eles.

Uma das formas de viabilizar a participação de atores nas políticas públicas, especialmente a iniciativa privada, é por meio do Investimento Social Privado (ISP), termo criado para designar uma forma de atuação social do setor privado, principalmente empresarial, que não fosse a filantropia (NOGUEIRA; SCHOMMER, 2009). Tal conceito foi pensado, na segunda metade da década de 1990, por duas organizações sem fins lucrativos sediadas em São Paulo, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS). É importante ressaltar que o ISP não é a única forma, nem a primeira, de participação da iniciativa privada na esfera pública, mas uma forma que se tornou tendência (ANDION *et al.*, 2010) e, por isso, seu estudo é relevante.

O Investimento Social Privado (ISP) é definido como “o repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público” (GIFE, 2020). Apesar de o conceito ter sido criado por organizações ligadas ao meio empresarial, como afirmam Andion *et al.* (2010, p. 15), eram organizações que possuíam familiaridade com questões sociais, caracterizando o ISP pela sua “natureza híbrida entre as lógicas privada (originária) e pública (característica de sua finalidade)”. Dessa forma, o ISP pode considerado como uma forma de ação coletiva da iniciativa privada na esfera pública, buscando a solução de problemas públicos de forma compartilhada (THOENIG; DURAN, 1996; ANDION *et al.*, 2010).

Tal busca pode ser considerada a base para a formação de um ambiente coprodutivo, definido por Brudney e England (1983) e reafirmado por Tombi, Salm e Menegasso (2006) como um ambiente em que a comunidade, de forma politicamente organizada e através da articulação de vários setores sociais, é capaz de deliberar acerca de suas necessidades e participa de forma ativa na promoção do bem comum, o que torna-se possível, dentre outras várias formas de mobilização pela própria sociedade, com os investimentos sociais das empresas em projetos voltados e ou liderados pelas comunidades.

Dessa forma, o Investimento Social Privado pode ser um mecanismo de fomento (por meio do financiamento) e fortalecimento da administração pública como coprodução do bem público. Assim sendo, empresas, entidades sem fins lucrativos e a própria comunidade, de forma organizada e participativa, podem unir esforços para a promoção do interesse público, cabendo ao governo o papel de articulador (TOMBI; SALM; MENEGASSO, 2006).

Em relação a isso, Andion *et al.* (2010, p. 14) ressaltaram uma tendência, ainda que pouco evidente, sobre a aplicação de recursos privados em atendimento ao interesse público na definição da agenda do ISP. Eles observaram que há preocupação com as demandas sociais, tornando a prática do ISP próxima da “ação pública” e não apenas “ação privada no espaço público”. Essa constatação corrobora com a proposta do GIFE e mostra a possibilidade de atuação da iniciativa privada na esfera pública, em parceria com o governo, para promover melhorias sociais.

Dentro do conceito da coprodução do bem público, fica evidente o foco na cooperação, nos modelos de governança compartilhados e na cidadania, e o interesse público se torna alvo. Entretanto, a teoria da coprodução do bem público traz maior relação entre o setor público e a comunidade, mudando o foco da administração pública da eficiência para a cidadania e interesse coletivo, sem detalhamento quanto ao papel do setor privado nessa relação. Entretanto, acreditamos ser possível estabelecer uma relação harmoniosa entre a esfera pública e a privada, a fim de se chegar à coprodução a partir da ação conjunta desses atores. O investimento social privado caracteriza-se, portanto, como um meio para se alcançar esse fim.

Sérgio Andrade (GIFE, 2018b) afirma que a cooperação entre os diferentes atores sociais promovida pelo ISP pode gerar transformações efetivas para a administração pública. Essa prática pode ser capaz de participar da coprodução do bem público, desde que a iniciativa privada não se utilize dele para autopromoção e como ferramenta de marketing. Analisando-se seus efeitos para a comunidade e constatando-se que há beneficiamento social, pode-se dizer que essa prática é proveitosa para a formulação de projetos de interesse público e, conseqüentemente, para a consolidação da coprodução.

Nesse contexto, tem-se como objetivo principal, nesta pesquisa, **investigar o estudo do Investimento Social Privado (ISP) na literatura acadêmica nacional**, visando refletir sobre seu potencial de contribuição para a coprodução do bem público. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica sistemática (RBS) conforme roteiro de Conforto, Amaral e Silva (2011), o RBS *Roadmap*, tendo como bases de dados os Periódicos CAPES, *Spell*, *SciElo*, e os anais de eventos da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), todas de reconhecida reputação acadêmica na área. Espera-se ampliar o debate sobre o ISP e seu potencial de contribuição para a coprodução do bem-público, atentando-se para as possibilidades e tendências de estudos na área.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se classifica como uma revisão bibliográfica sistemática (RBS), conforme roteiro de Conforto, Amaral e Silva (2011), descrito por eles como RBS *Roadmap*. A pesquisa bibliográfica é realizada utilizando-se a literatura já existente sobre o tema, a partir, principalmente, de livros e artigos científicos, a fim de resgatar a contribuição de diversos autores sobre determinado assunto que constitui o problema de pesquisa (GIL, 2002). Além disso, é importante, pois, sem isso, não é possível entender o tema estudado, o que já foi pesquisado a respeito, como o assunto já foi abordado na literatura anteriormente e quais são suas principais características, sendo também uma parte do desenvolvimento de todo pesquisador em sua área de pesquisa (HART, 1998, p. 1).

Levy e Ellis (2006, p. 182) trazem algumas características que eles consideram fundamentais para uma revisão de literatura efetiva: análise metodológica e sintetizada de uma literatura de qualidade, fornecimento de uma boa base para o assunto pesquisado e para a metodologia escolhida, e demonstração da novidade trazida pelo estudo para o campo de

pesquisa. Com base nesses pontos, Conforto, Amaral e Silva (2011, p. 3) elaboraram o RBS *Roadmap* que fornece as etapas procedimentais para uma revisão bibliográfica sistemática de qualidade, definido por eles como sendo “o processo de coletar, conhecer, compreender, analisar, sintetizar e avaliar um conjunto de artigos científicos com o propósito de criar um embasamento teórico-científico (estado da arte) sobre um determinado tópico ou assunto pesquisado”.

Nessa pesquisa, como a proposta foi seguir o RBS *Roadmap* de Conforto, Amaral e Silva (2011), todo o processo realizado será apresentado de acordo com os passos estabelecidos por este roteiro, dividido em três fases: Entrada, Processamento e Saída. A fase de entrada corresponde à coleta de artigos científicos e ao protocolo estabelecido para essa coleta, como as bases de dados, as *strings* de busca, os critérios de inclusão e qualificação, além do método e das ferramentas. A fase de processamento corresponde à condução das buscas, à análise dos resultados e à documentação do que foi encontrado, excluído e, por fim, selecionado. Já a fase de saída corresponde ao cadastramento e arquivamento dos artigos, assim como à síntese dos resultados e sua apresentação sistematizada, acompanhada pelos modelos teóricos encontrados e a escrita do texto em si.

Escolheu-se como bases de dados os Periódicos CAPES, *Spell*, *SciElo*, e os anais de eventos da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), todas de reconhecida reputação acadêmica na área. Ressalta-se que, apesar de terem sido utilizadas as principais fontes de dados nacionais no contexto da administração, podem existir boas pesquisas que não foram analisadas, por não estarem indexadas nas bases utilizadas. No entanto, entendemos que isso não nos impediu de atingir o objetivo proposto.

Para todas as bases de dados foram utilizadas as palavras de busca *investimento social privado* ou *investimento social das empresas*. Como o termo é relativamente recente e não há muitos trabalhos produzidos sobre ele, não se restringiu a busca a nenhuma categoria específica das bases, nem foi feito nenhum recorte temporal, sendo o artigo encontrado mais antigo do ano de 2000 e o mais recente de 2021. As buscas e *downloads* dos artigos nas bases de dados foram realizadas durante o mês de maio de 2021.

Na primeira etapa da pesquisa, foram encontrados 28 (vinte e oito) documentos nos Periódicos CAPES, 51 (cinquenta e um) documentos no *Spell*, 4 (quatro) documentos no portal *SciElo* e 7 (sete) documentos nos anais de eventos da ANPAD, totalizando 90 (noventa) documentos. No entanto, 9 (nove) foram excluídos, por estarem repetidos nas bases, totalizando uma amostra de 81 (oitenta e um) para a primeira etapa da pesquisa. Já a segunda etapa consistiu na exclusão de 2 (dois) editoriais, 1 (uma) resenha e 1 (um) livro, restando 77 (setenta e sete) artigos para a etapa seguinte.

Por fim, a terceira etapa consistiu na análise de quais dos artigos restantes tratavam do Investimento Social Privado, foco dessa pesquisa. Ressalta-se que muitos artigos utilizam o termo apenas para exemplificar uma forma de atuação da iniciativa privada na esfera pública, mas não o abordam teórica ou empiricamente. Esses artigos foram excluídos e os demais foram mantidos, ainda que não abordem de forma aprofundada o tema. Essa decisão foi tomada com base no número limitado de artigos encontrados e da novidade do conceito. Logo, frente a esse último filtro, restaram 8 (oito) artigos nos Periódicos CAPES, 12 (doze) artigos no *Spell*, 1 (um) artigo no portal *SciElo* e 4 (quatro) artigos na ANPAD. Na próxima seção serão analisados esses 25 (vinte e cinco) artigos selecionados.

### **3. ISP E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM ADMINISTRAÇÃO**





Os artigos selecionados foram publicados em periódicos e eventos de reconhecida reputação acadêmica na área de administração no Brasil. No decorrer desta seção, os 25 (vinte e cinco) artigos selecionados serão analisados, primeiramente, de forma detalhada, em quatro partes, conforme a base de dados em que foram encontrados. Em um segundo momento, serão analisados de forma conjunta. A primeira parte se refere aos artigos selecionados dos Periódicos CAPES, como mostra a Tabela 1 abaixo.

**Tabela 1:** Artigos selecionados nos Periódicos CAPES.

| PERIÓDICO                                 | TÍTULO   | ANO  | AUTORES                                 |
|---|--|------|---|
| Revista Contabilidade & Finanças          | Responsabilidade Social e Investimento Social Privado: entre o discurso e a evidenciação   | 2008 | Milani Filho                            |
| Revista de Administração Contemporânea    | Programas Sociais Corporativos e Capital Social: proposta de qualificação  | 2010 | Macke, Carrion e Dilly                  |
| Revista de Administração Pública (RAP)    | Avaliação de Projetos Sociais em ONGs da Grande Florianópolis: um estudo sobre modelos relacionados ao foco de atuação                       | 2011 | Assumpção e Campos                      |
|   | Legitimidade das Organizações da Sociedade Civil: análise de conteúdo à luz da Teoria da Capacidade Crítica                                  | 2014 | Krieger e Andion                        |
| Revista de Gestão – USP                   | As Representações Sociais de Jovens Participantes de Projeto Social de Inserção no Mercado de Trabalho                                       | 2011 | Garay                                   |
| Revista HISTEDBR On-line                  | Investimento Social Privado em Educação: desmonte do caráter público da educação   | 2016 | Motta                                   |
| Revista Metropolitana de Sustentabilidade | Responsabilidade Social e Marketing Social na Monsanto: análise pelo <i>continuum</i> da colaboração   | 2018 | Souza, Pitombo, Zaccaria e Monteiro     |
|   | Gestão Socioambiental em ONGs: um olhar a partir do desempenho empresarial e suas percepções como <i>stakeholders</i> de outras organizações | 2014 | Fernandes, Vasconcelos e Valadão Junior |

**Fonte:** Resultados da pesquisa

O primeiro artigo selecionado, de autoria de Milani Filho (2008), busca investigar as demonstrações financeiras de empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) – na época, da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) – para verificar a divulgação de informações relacionadas aos investimentos sociais por elas realizados. Além disso, o autor buscou relacionar o volume de investimentos com a área de atuação da empresa, para verificar se as empresas que são associadas a externalidades negativas, como empresas de fumo, investem mais no social do que as outras. Para atingir o objetivo proposto, o autor realizou uma pesquisa exploratória com empresas participantes do ISE e empresas relacionadas a externalidades negativas, como indústrias de fumo, bebidas alcólicas e armas.

Uma contribuição interessante do autor foi mostrar que muitas empresas se declaram socialmente responsáveis, mas não divulgam as informações relacionadas aos investimentos sociais que realizam. A pesquisa foi realizada entre os anos de 2004 e 2005, sendo possível que novas regulamentações de transparência das demonstrações contábeis tenham alterado esse cenário, além da exigência dos próprios acionistas. No entanto, é um resultado interessante que



aponta para a desvalorização dos impactos sociais causados pelos investimentos, em contraposição ao discurso de autopromoção em relação à atitude socialmente responsável. Apesar de o autor não ter utilizado referências próprias de ISP, além do próprio *site* do GIFE, e de ter havido sobreposição de conceitos, como o de ISP e o de RSE, o trabalho é interessante e permite o debate acerca das motivações dos investidores sociais.

O segundo artigo, de autoria de Macke, Carrion e Dilly (2010), traz um posicionamento mais crítico em relação ao ISP, chamado no texto de investimento social de empresas privadas, sem definição específica do conceito. O foco da pesquisa é a discussão de Capital Social e como ele pode ser gerado através dos investimentos sociais, sendo classificada como uma pesquisa empírica e se qualificando como estudo de caso. Os autores colocam como princípio norteador do investimento social a geração de capital social e, à luz da gestão social, afirmam que os atores são os protagonistas do desenvolvimento.

Uma das grandes contribuições é a constatação de que há sobreposição de programas sociais, que atuam com o mesmo público, demonstrando falta de articulação entre as empresas investidoras e a comunidade. Além disso, mostra a necessidade de se “superar a cultura clientelista, na qual as pessoas deixam de ser clientes de serviços sociais para serem cidadãos construtores do seu futuro” (MACKE; CARRION; DILLY, 2010, p. 850).

Assumpção e Campos (2011), no terceiro artigo selecionado, buscam compreender se há influência da matriz ideológica e da natureza do foco de atuação de ONGs nos modelos de avaliação de projetos sociais. Os resultados da pesquisa apontaram para a existência dessa influência, além de reconhecerem, a partir do estudo de Andion (2007), cinco diferentes grupos de ONGs, sendo históricas, novos movimentos, prestação de serviços, fundações e institutos, e filantrópicas. Essa tipologia nos permite diferenciar as ONGs, compará-las e compreender melhor suas estratégias de ação, além de nos permitir verificar quais as áreas de atuação prioritárias de cada uma delas e quais suas maiores necessidades.

No entanto, os autores não abordam o ISP em profundidade, mas tratam de modelos de avaliação de projetos sociais que poderiam ser utilizados nesse tipo de investimento. O foco maior é em ONGs, mas também traz ações de fundações e institutos que estariam mais ligados ao ISP. Uma contribuição interessante, apesar de não ser a discussão central do artigo, é diferenciar ONGs, Fundações e Institutos, mostrando que as últimas emergiriam de iniciativas ligadas ao setor privado, para atuação no social por meio do ISP.

O quarto artigo, de Krieger e Andion (2014), também não aborda o ISP em profundidade, mas analisa as organizações da sociedade civil (OSC) e, através de uma análise crítica, busca compreender o fenômeno de legitimidade dessas organizações. Uma contribuição interessante trazida pelas autoras é a constatação do enfraquecimento do papel político das OSC, devido à difusão da lógica de mercado e, sobre isso, as autoras alertam que esse “processo remete ao tenso encontro entre as esferas pública e privada, que produz, em muitos casos, a subordinação da primeira à segunda, o que fragiliza a política e a própria autonomia da sociedade civil” (KRIEGER; ANDION, 2014, p. 105). Esse encontro também ocorre no ISP, o que desperta a importância de não permitir que a lógica privada seja supervalorizada em relação à lógica pública.

No quinto artigo, Garay (2011) realiza um estudo de caso para analisar as representações sociais de jovens e mostra que o ISP financia projetos sociais que geram benefícios para a comunidade, como é o caso do projeto social de inserção de jovens no mercado de trabalho. A autora utilizou uma empresa que faz investimentos sociais, tendo como foco da análise o projeto

social mencionado. No entanto, ela não utiliza referências robustas sobre o ISP, priorizando a literatura sobre trabalho, representações sociais e inclusão social.

O sexto artigo, da Motta (2016), traz a diferença entre os termos RSE e ISP, focando sua análise no ISP, especificamente na área de educação. Escolheu-se essa área pois é a área prioritária dos investidores sociais, sendo a que recebe maior volume de recursos. A autora acredita que essas iniciativas são fruto de articulações que visam ao desmonte do caráter público da educação. É uma análise crítica que alerta para o crescimento do ISP, considerando-o maléfico e enfatizando que "não podemos cair nessa armadilha neofilantropica mercantil" (MOTTA, 2016, p. 332). Não é uma visão compartilhada por nós, mas traz um debate interessante sobre a intervenção do ISP, principalmente nessa área educacional.

No sétimo artigo, Souza *et al.* (2018) estudam, em uma pesquisa exploratória, os investimentos sociais praticados pela empresa Monsanto, através do modelo de James Austin, o Modelo *Continuum* de Colaboração. A pesquisa aborda o ISP por ser uma das formas de investimento realizado pela Monsanto, mas não é o foco da pesquisa. O marketing social, por outro lado, é muito abordado, inclusive como um instrumento de mobilização para alterar o comportamento e como uma forma de ação mais estratégica em comparação com o ISP.

O oitavo e último artigo selecionado dos Periódicos CAPES é de autoria de Fernandes, Vasconcelos e Valadão Júnior (2014) e tem caráter descritivo e exploratório. O texto foca em investimentos socioambientais e na atuação de ONGs, não trazendo o ISP como centro do debate. Uma contribuição interessante para nós é a diferenciação feita entre ISP e filantropia, além dos autores trazerem o ponto de vista da iniciativa privada acerca de investimentos na área social.

É importante ressaltar que o livro, “*Entre o Público e o Privado: caminhos do alinhamento entre o Investimento Social Privado e o negócio*”, de Livia Menezes Pagotto, Aron Belinky, Fernanda Macedo e Camila Yamahaki, publicado pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV) aborda em profundidade o tema do ISP. O livro traz uma discussão a respeito do alinhamento entre o ISP e a natureza do negócio, discutindo se esse alinhamento é benéfico, por gerar mais oportunidades de investimento e maior interesse para a empresa investidora, ou se descaracterizaria a ação, por possivelmente subordinar o ISP à lógica empresarial, havendo a prevalência dos interesses privados sobre o interesse público. Metodologicamente, a pesquisa foi realizada através de revisão bibliográfica, aplicação de entrevistas, questionários, grupos focais e debates no 9º Congresso GIFE. Apesar de o livro estar indexado nos Periódicos CAPES e abordar diretamente o tema, ele foi excluído por não ser um artigo, mas traz um debate rico e importante acerca do ISP.

Após a análise dos artigos selecionados nos Periódicos CAPES, serão apresentados os artigos selecionados na base *Spell*, conforme mostrado na Tabela 2 abaixo.

**Tabela 2:** Artigos selecionados no *Spell*.

| PERIÓDICO                                  | TÍTULO  | ANO  | AUTORES                          |
|--|---|------|----------------------------------|
| Revista Organizações em Contexto (ROC)     | Como as Empresas Integrantes da Carteira ISE Avaliam o Retorno do Investimento Social Privado | 2019 | Gentil e Ferreira                |
| Revista de Administração de Empresas (RAE) | O Discurso das Fundações Corporativas: caminhos de uma “nova” filantropia?                    | 2007 | Borges, Miranda e Valadão Júnior |



|   |   |      |                              |
|---|---|------|------------------------------|
| Revista Alcance                             | Responsabilidade Social: contribuições para a análise do Investimento Social Privado  | 2004 | Catarina e Serva             |
| Revista de Administração da UFMS            | Investimento Social Privado: A Estratégia e Gestão das Fundações e Institutos   | 2019 | Gentil, Ferreira e Rodrigues |
| Revista Pensamento e Realidade              | Retorno Social do Investimento (SROI): metodologia que traduz o impacto social para o investidor  | 2016 | Kisil e Fabiani              |
| Revista de Gestão Social e Ambiental (RGSA) | Uma Proposta de Avaliação para o Investimento Social Privado  | 2007 | Coelho e Gonçalves           |
| Revista Reuna                               | Parceria Público-Privada: a importância das organizações para a construção da cidadania deliberativa por meio dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente | 2009 | Almeida e Cabral             |
|   | Investimento social privado: o papel das fundações corporativas na gestão das políticas sociais   | 2011 | Perret e Junqueira           |
| Cadernos Gestão Pública e Cidadania         | Investimento Social Privado e Políticas Públicas de Educação: interações mediadas por múltiplas lógicas institucionais  | 2020 | Mendonça e Santos            |
|   | Fundações comunitárias no Brasil: perspectivas de liderança em processos de desenvolvimento socioterritorial  | 2009 | Silva e Schommer             |
| Organizações & Sociedade                    | Investimento Social das Empresas: cooperação organizacional num espaço compartilhado  | 2000 | Schommer                     |
| Revista Interdisciplinar de Gestão Social   | Será o Investimento Social Privado uma Oportunidade para o Desenvolvimento de Territórios?  | 2021 | Fonseca, Ladeira e Cajazeira |

**Fonte:** Resultados da pesquisa

O primeiro artigo selecionado da base *Spell* é de autoria de Gentil e Ferreira (2019) e tem como foco a avaliação do retorno do ISP, inclusive em termos de impactos para a imagem reputacional da empresa investidora, por exemplo. O texto traz o ISP de forma aprofundada, mas focando em sua avaliação. Empresas participantes do ISE também foram objeto de estudo do texto de Milani Filho (2008) apresentado anteriormente. Além disso, o foco em avaliação do retorno de investimentos sociais também é uma análise recorrente quando se trata de estudar o ISP e ainda será observado em outros estudos a seguir.

O próximo artigo, de Borges, Miranda e Valadão Júnior (2007), utiliza o método da análise do discurso para compreender como fundações inserem a companhia e a sociedade em seus discursos. Os autores têm como foco as fundações corporativas e seus discursos em relação aos investimentos sociais que elas realizam, explicitando as contradições de interesses existentes nas diferentes lógicas da empresa e da sociedade. Apesar de criticarem os discursos que permeiam a prática do ISP, os autores constataam que as fundações são relevantes socialmente.

Uma sugestão dos autores para pesquisas futuras que se mostra pertinente é a de se entender criticamente quais são os aspectos ideológicos que estão presentes nas ações das empresas que criam fundações e as utilizam para autopromoção. Pesquisas que visam entender a motivação dos investidores sociais são muito relevantes, mas de difícil operacionalização visto que há dependência das respostas de entrevistados que atuam na área, mas que podem





optar por apenas reforçarem a ideia de serem benfeitores, como os próprios autores constatarem que ocorreu nesse estudo. No entanto, é uma lacuna teórica que deve buscar ser preenchida.

Catarina e Serva (2004), autores do terceiro artigo selecionado, abordam de forma aprofundada o ISP, discutindo seus fundamentos e propondo um quadro analítico, a partir do estudo de duas grandes organizações bancárias, sendo uma nacional e outra internacional. Eles perceberam que ambas as organizações mantêm uma administração profissional no gerenciamento dos recursos destinados a ações sociais e trazem um quadro analítico muito interessante para se analisar o ISP, a partir de cinco categorias: causas, valores e transparência, planejamento e gestão, comunidade e governo, e meio ambiente. Além disso, os autores mostram os elementos relacionados a cada uma dessas categorias, sendo uma ferramenta de análise que pode ser reaplicada para pesquisas semelhantes em que se pretenda analisar empiricamente o ISP.

O quarto artigo, de Gentil, Ferreira e Rodrigues (2019), tem como foco a avaliação do retorno do ISP e parece ter feito parte de uma mesma agenda de pesquisa do artigo apresentado anteriormente com autoria em comum, também utilizando empresas participantes do ISE. Os resultados da pesquisa mostram que a avaliação do retorno dos investimentos é fundamental para a manutenção dos projetos sociais, o que pode ser uma explicação do porquê de haver foco em se medir esse retorno em diversos artigos que abordam o ISP.

Kisil e Fabiani (2016), no quinto artigo, trazem o ISP através de uma análise quantitativa robusta em relação aos impactos sociais por ele gerados. No entanto, o foco do artigo é o retorno do investimento social, não o ISP em si. Os autores apresentam um modelo analítico que possibilita a replicação em outros estudos, a fim de avaliar o impacto social, por exemplo, de um projeto social oriundo de recursos privados. Já o sexto artigo, de Coelho e Gonçalves (2007b), tem como foco o ISP, com abordagem empírica. São muito interessantes os modelos apresentados para sua avaliação e as categorias analíticas, que norteiam a discussão dos impactos gerados pelo ISP. No entanto, também não há referências robustas sobre o tema, focando majoritariamente em literatura sobre monitoramento e avaliação de projetos sociais.

O sétimo artigo, de Almeida e Cabral (2009), evidencia a confusão que acomete as práticas de ISP e abrange também as confusões que afetam o uso dos incentivos fiscais, mas argumenta em prol do ISP como uma forma de se promover a cidadania deliberativa por meio da participação nos Conselhos, além de mostrá-lo como "um instrumento de desenvolvimento econômico e social" (ALMEIDA; CABRAL, 2009, p. 68). Esse texto se aproxima da nossa visão, ao propor uma parceria público-privada que vise ao atendimento das demandas sociais e à construção da cidadania. Tal proposta vai ao encontro da coprodução do bem público, defendida neste artigo como um objetivo a ser atingido através do ISP.

Perret e Junqueira (2011) também fazem um debate interessante sobre essa parceria, ao abordarem o papel das fundações corporativas na gestão das políticas sociais, mostrando a relação entre as fundações e o Estado, a fim de auxiliar no suprimento de demandas sociais. Além disso, os autores deixam claro que a intenção não é supervalorização do privado de modo a descaracterizar o público, mas sim de integrar atores para benefício da sociedade. Nesse contexto, as fundações se tornam fundamentais e o ISP é uma fonte de financiamento para os projetos sociais por elas desenvolvidos, de modo a gerir melhor as políticas sociais e suprir demandas da comunidade.

Os autores também fazem uma ligação entre o ISP e o capitalismo ao dizerem que o ISP "é entendido como parte de um movimento de deslocamento do capitalismo, ou seja, de uma

resposta empresarial às necessidades de redefinir o espírito do capitalismo." (PERRET, JUNQUEIRA, 2011, p. 126). Nesse sentido, eles argumentam que o foco do ISP não é a sobrevalorização do privado nem o desmonte do caráter público do Estado, mas uma forma de gerar impactos positivos para a sociedade através do desenvolvimento de projetos sociais, possibilitados por recursos privados. Além disso, coloca-se em debate o papel dessas organizações privadas e o quanto elas podem ou devem ajudar no suprimento de demandas sociais.

Nesse contexto, Mendonça e Santos (2020) trazem, em profundidade, um debate acerca do ISP na área da educação, inclusive por ser esta a que recebe maior volume desses investimentos. As autoras debatem os alinhamentos e conflitos que permeiam a relação Estado e mercado, além de incluir os profissionais do ISP e da educação, e demonstram que há uma busca pela compatibilização dessas diferentes lógicas, na tentativa de se formularem e implementarem projetos sociais que visem ao desenvolvimento da área. Mostra-se relevante, novamente, entender a relação entre as diferentes esferas, pública e privada.

Pensando no desenvolvimento comunitário, Silva e Schommer (2009), no artigo seguinte, estudam as fundações comunitárias e como elas podem ser um instrumento de apoio ao ISP e, conseqüentemente, ao desenvolvimento. Os autores trazem uma perspectiva histórica das fundações comunitárias, mostrando o contexto de seu surgimento e quais as lógicas por trás do seu funcionamento, para discutir como elas exercem liderança no desenvolvimento socioterritorial. Apesar dos autores mostrarem que as fundações estão em estágio inicial no Brasil, eles reforçam a importância de se utilizar tais fundações para atender necessidades de comunidades específicas e colocam o ISP como uma forma de fomento dessas ações. Contribuições interessantes desse estudo são também as sugestões para pesquisas futuras, visto que os autores estabelecem toda uma agenda de pesquisa pertinente para o campo emergente do ISP e das fundações corporativas.

O décimo primeiro artigo, também de autoria da Schommer (2000), é o mais antigo dentre os que foram selecionados nessa pesquisa e mostra uma primeira tentativa de abordar, cientificamente, o ISP, visto que o termo foi cunhado poucos anos antes de sua publicação. Alves, Nogueira e Schommer (2013) mostram que o termo foi formalmente utilizado pela primeira vez em 1998 pelo GIFE, que foi criado em 1995. Dessa forma, a Schommer se mostra como uma das autoras pioneiras na academia nesse assunto, além de ser uma das mais atuantes, o que pode ser observado pelo grande número de artigos escritos, individualmente ou em coautoria, por ela. Assim sendo, esse é um dos principais artigos ao se estudar os tipos de cooperação entre estruturas organizacionais voltadas para ação social e o ISP, podendo ser considerado o trabalho acadêmico seminal no Brasil.

Em contrapartida, o último artigo selecionado na base *Spell* é o mais recente dentre os selecionados nessa pesquisa. O texto, de Fonseca, Ladeira e Cajazeira (2021), traz uma contribuição importante em relação ao alinhamento dos projetos sociais beneficiados pelo ISP e as demandas sociais locais. Ao mostrar que há demandas atendidas por esses projetos sociais, ou seja, que as empresas estudadas estão auxiliando no suprimento de necessidades locais, é possível nos posicionarmos de forma otimista em relação ao ISP, acreditando na possibilidade de um melhor relacionamento das empresas com o setor público e com a comunidade, inclusive na consolidação da coprodução do bem público.

Observa-se, dessa forma, uma tentativa emergente de relacionar o ISP à gestão social, à coprodução do bem público e a modelos de governança compartilhados, de modo a minimizar a dicotomia público-privado e a utilizar recursos privados no auxílio do suprimento de

demandas públicas. Após a análise dos artigos selecionados na base *Spell*, será apresentado o artigo selecionado no portal *SciElo*, conforme mostrado na Tabela 3 abaixo.

**Tabela 3:** Artigo selecionado no *SciElo*.

| PERIÓDICO              | TÍTULO                                     | ANO  | AUTORES |
|------------------------|--|------|---------|
| Estudos Afro-Asiáticos | O Valor da Diversidade Racial nas Empresas | 2003 | Myers   |

**Fonte:** Resultados da pesquisa

Esse texto, escrito por Myers (2003), de forma parecida com o apresentado anteriormente sobre a inserção de jovens no mercado de trabalho, mostra que o ISP financia projetos sociais que geram benefícios para a comunidade, nesse caso em relação à diversidade racial nas empresas. O autor mostra iniciativas inclusivas e projetos sociais financiados por treze empresas diferentes e como esses projetos são importantes para termos uma sociedade mais justa. No entanto, o autor não utiliza referências robustas sobre o ISP, priorizando a literatura de diversidade social, que é o foco do artigo.

Esse artigo também é um dos primeiros estudos que aborda o ISP e faz uma tentativa de evidenciar as disparidades entre discurso socialmente responsável e a prática de investimentos sociais. A diversidade racial aqui se mostra como outro foco de pesquisa em projetos sociais que visam ao desenvolvimento comunitário, assim como o estudo de projetos voltados para a educação, inserção de jovens no mercado de trabalho, Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, dentre outros.

Após a análise do artigo selecionado no portal *SciElo*, serão apresentados os artigos selecionados nos anais dos eventos promovidos pela ANPAD, conforme mostrado na Tabela 4 abaixo.

**Tabela 4:** Artigos selecionados nos eventos da ANPAD.

| EVENTO  | TÍTULO   | ANO  | AUTORES                               |
|---------|--|------|---------------------------------------|
| ENANPAD | Avaliação do Investimento Social Privado: estudo de caso em uma empresa do setor automobilístico     | 2007 | Coelho e Gonçalves                    |
|         | Profissionalização e Lógicas Institucionais: o profissional do Investimento Social Privado no Brasil | 2013 | Alves, Nogueira e Schommer            |
|         | Quinze Anos de Investimento Social Privado no Brasil: conceito e práticas em construção              | 2009 | Nogueira e Schommer                   |
| ENAPG   | Investimento Social Privado: uma forma de coprodução do bem público?                                 | 2010 | Andion, Becker, Pires, Victor e Souza |

**Fonte:** Resultados da pesquisa

O primeiro artigo, de Coelho e Gonçalves (2007a), é um recorte da pesquisa apresentada anteriormente dos mesmos autores, tendo como foco apenas o setor automobilístico. Dessa forma, passaremos para a análise do segundo artigo, de Alves, Nogueira e Schommer (2013), que traz uma discussão interessante sobre o ISP e sua origem. Observa-se uma bagagem ampla dos pesquisadores sobre o assunto e uma perspectiva histórica abrangente sobre o tema. Além disso, traz uma visão diferenciada, ao ter como foco o profissional do ISP e não a avaliação desses investimentos, como é mais encontrado. Outro ponto interessante abordado pelos autores é a lógica empresarial e social do ISP, além dos desafios de conciliar ambas as lógicas,

mantendo o interesse da empresa investidora, assim como o atendimento aos interesses públicos e às demandas sociais.

O terceiro artigo, de Nogueira e Schommer (2009), traz um debate aprofundado sobre o ISP e o consideramos um dos principais textos para se entender sobre o tema, visto que é um estudo abrangente que identifica como esse conceito era estudado nos primeiros anos de seu surgimento. Além disso, os autores apresentam uma gama de lacunas que precisavam ser preenchidas na área, servindo de base para pesquisas futuras, como a nossa. É também possível observar, a partir dos artigos apresentados anteriormente, a relevante atuação desses autores ao se abordar o tema do ISP.

Prosseguindo para o último artigo selecionado, de Andion *et al.* (2010), afirmamos que ele é um dos que mais vai ao encontro do que se pretendia observar com este estudo, visto que busca entender se o ISP pode ser uma forma de coprodução do bem público. Os autores utilizam vasta literatura sobre ambos os temas e promovem um debate rico sobre o assunto, mostrando a necessidade de melhor articulação da iniciativa privada com o setor público e a comunidade, a fim de direcionar os projetos sociais para áreas prioritárias e fortalecer a participação social na formulação e implementação desses projetos.

### 3.1 ANÁLISE CONJUNTA DOS ARTIGOS SELECIONADOS

Em uma análise conjunta dos artigos selecionados é possível observarmos que não há revista com maior representatividade em relação à publicação sobre o tema, uma vez que quatro revistas – Revista de Administração Pública (RAP), Revista Metropolitana de Sustentabilidade, Revista Reuna e Cadernos Gestão Pública e Cidadania – possuem dois artigos selecionados sobre o tema, enquanto as outras revistas possuem apenas um artigo cada.

No que concerne ao ano de publicação dos artigos selecionados, também não é possível observar diferenças significativas, sendo que nos anos de 2007, 2009 e 2011 foram publicados três artigos ao ano; nos anos de 2010, 2014, 2016 e 2019 foram publicados dois artigos ao ano; e nos anos de 2000, 2003, 2004, 2008, 2013, 2018, 2020 e 2021 foi publicado apenas um artigo ao ano. Consta-se que não houve artigo selecionado nos anos de 2001, 2002, 2005, 2006, 2012, 2015 e 2017.

Em relação aos autores, observa-se que a Paula Chies Schommer é a autora que possui maior número de artigos em autoria ou coautoria, totalizando quatro artigos selecionados. Outros autores – Carolina Andion, Valdir Machado Valadão Júnior, Daniela Gentil, Gleriani Torres Carbone Ferreira, Michelle Queiroz Coelho, Carlos Alberto Gonçalves e Fernando do Amaral Nogueira – possuem autoria ou coautoria em dois artigos. Os demais autores apresentam autoria em apenas um artigo dentre os que foram selecionados.

No tocante aos objetivos, nota-se que há objetivos diversos, mas há predominância de artigos que visam avaliar o ISP, a partir de um projeto social ou de dados secundários disponibilizados publicamente. Nesse sentido, constata-se relevância dos artigos que realizam estudos de caso ou pesquisa documental. É importante ressaltar que o número de artigos selecionados é pequeno, evidenciando pouco estudo sobre tema e dificultando uma análise conjunta com diferenças metodológicas expressivas entre os artigos. Esse foi um fator significativo para a escolha da avaliação individual de cada artigo, uma vez que era possível de ser feita e os dados eram insuficientes para uma análise comparada robusta.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS





Os 25 (vinte e cinco) artigos selecionados nas bases de Periódicos CAPES, *Spell*, *SciElo* e ANPAD mostram como o tema do Investimento Social Privado (ISP) vem sendo discutido na academia, com seus avanços e limitações, desde sua criação no final da década de 1990. No entanto, muitos discutem o ISP de forma menos aprofundada, sem colocá-lo como foco de reflexão teórica ou de análise empírica. Os artigos que utilizavam o ISP apenas como exemplificação de participação da iniciativa privada na esfera pública foram excluídos, no entanto, vários artigos que foram selecionados e debatidos também não o trazem como foco da análise. Os artigos apresentados que trazem maior discussão a respeito do ISP estão dispostos na Tabela 5 a seguir, juntamente com sua ideia central.

**Tabela 5:** Ideias centrais dos artigos analisados na pesquisa.

|    | TÍTULO  | DEBATE CENTRAL   |
|----|---|--|
| 1  | Responsabilidade Social e Investimento Social Privado: entre o discurso e a evidenciação  | Disponibilização de informações sobre os investimentos realizados e relação entre volume de ISP e empresas associadas a externalidades negativas |
| 2  | As Representações Sociais de Jovens Participantes de Projeto Social de Inserção no Mercado de Trabalho  | Impacto de um projeto social de inserção de jovens no mercado de trabalho financiado por ISP   |
| 3  | Investimento Social Privado em Educação: desmonte do caráter público da educação  | Participação do setor empresarial na educação  |
| 4  | Como as Empresas Integrantes da Carteira ISE Avaliam o Retorno do Investimento Social Privado   | Avaliação do retorno do ISP  |
| 5  | O Discurso das Fundações Corporativas: caminhos de uma “nova” filantropia?  | O discurso de fundações corporativas em relação aos ISP que elas realizam  |
| 6  | Responsabilidade Social: contribuições para a análise do Investimento Social Privado  | Fundamentos e categorias de análise para o ISP   |
| 7  | Investimento Social Privado: A Estratégia e Gestão das Fundações e Institutos   | Avaliação do retorno do ISP  |
| 8  | Uma Proposta de Avaliação para o Investimento Social Privado  | Avaliação do ISP   |
| 9  | Parceria Público-Privada: a importância das organizações para a construção da cidadania deliberativa por meio dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente | ISP como um instrumento para o desenvolvimento econômico e social, através da parceria público-privada   |
| 10 | Investimento social privado: o papel das fundações corporativas na gestão das políticas sociais   | Papel das fundações corporativas e a relação entre essas fundações e o Estado no suprimento de demandas sociais                                  |
| 11 | Investimento Social Privado e Políticas Públicas de Educação: interações mediadas por múltiplas lógicas institucionais  | ISP na área de educação  |
| 12 | Fundações comunitárias no Brasil: perspectivas de liderança em processos de desenvolvimento socioterritorial  | Fundações comunitárias como instrumentos de apoio ao ISP e promotoras do desenvolvimento comunitário   |
| 13 | Investimento Social das Empresas: cooperação organizacional num espaço compartilhado  | Conceituação e delimitação do conceito de ISP e tipos de cooperação organizacional   |
| 14 | Será o Investimento Social Privado uma Oportunidade para o Desenvolvimento de Territórios?  | Alinhamento dos projetos sociais beneficiados pelo ISP e as demandas sociais locais  |



|    |  |  |
|----|--|--|
| 15 | O Valor da Diversidade Racial nas Empresas   | O papel do ISP na formulação de projetos sociais e iniciativas inclusivas de diversidade racial                        |
| 16 | Avaliação do Investimento Social Privado: estudo de caso em uma empresa do setor automobilístico     | Avaliação do ISP   |
| 17 | Profissionalização e Lógicas Institucionais: o profissional do Investimento Social Privado no Brasil | O profissional do ISP e as lógicas empresarial e social desse investimento   |
| 18 | Quinze Anos de Investimento Social Privado no Brasil: conceito e práticas em construção              | O conceito de ISP, seus usos e as lacunas teóricas que ele carrega   |
| 19 | Investimento Social Privado: uma forma de coprodução do bem público?                                 | O ISP como uma forma de coprodução do bem público e a articulação entre iniciativa privada, setor público e comunidade |

**Fonte:** Resultados da pesquisa

É possível observar, a partir de todos os artigos abordados, alguns aspectos principais, tais como: *i)* o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) é sempre trazido para se conceituar o Investimento Social Privado (ISP) e para se exemplificar o volume de recursos investidos em determinada área, além de ser uma das únicas referências utilizadas em diversos artigos para se tratar do ISP; *ii)* a Paula Chies Schommer é a autora que mais produz textos sobre o assunto, individualmente ou em coautoria, sendo também uma das mais citadas ao se abordar o conceito de ISP, sua origem, suas tipologias e as lacunas do conceito; *iii)* há confusão entre os termos Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e Investimento Social Privado (ISP) em muitos estudos, além de serem abordados em conjunto como um mesmo conceito; *iv)* há predominância de estudos que tem como objetivo avaliar o ISP, apesar de o conceito ainda não estar consolidado teoricamente na academia e de ainda haver muitas lacunas nesse aspecto; *v)* o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) é muito utilizado como fonte de dados nas pesquisas, além de servir de base para se escolher alguma organização específica no caso de estudos de caso; *vi)* o ISP é trazido, na maior parte dos estudos, como um instrumento capaz de tornar a sociedade mais justa e igualitária.

Retomando o objetivo principal dessa pesquisa, que era investigar o estudo do Investimento Social Privado (ISP) na literatura acadêmica nacional, visando refletir sobre seu potencial de contribuição para a coprodução do bem público, acreditamos que este foi alcançado. O tema ainda é recente e carece de maiores delimitações teóricas, além de suscitar opiniões controversas a respeito da inclusão da iniciativa privada na dinâmica social. Alguns autores, em uma perspectiva mais crítica, acreditam que essa invasão se classifica como um desmonte do caráter público das áreas beneficiadas pelo ISP, além de alertarem para a supervalorização do privado em relação ao público.

Outros autores, como é o defendido aqui, acreditam que o ISP pode ser uma forma de coprodução do bem público, ao se ampliar os atores capazes de suprir demandas sociais e se possibilitar maior inserção da comunidade na formulação e implementação de projetos sociais. Concluimos, portanto, que o ISP é uma área com muitas lacunas a serem preenchidas, sendo relevante seu estudo na academia, inclusive para que não seja um conceito característico apenas do meio empresarial, mas objeto de análise científico, a fim de o compreendermos melhor e refletirmos sobre a sua capacidade de maximizar seu potencial de contribuição para uma sociedade mais justa e igualitária.

## 5. REFERÊNCIAS



- ALMEIDA, E.; CABRAL, E.** Parceria Público- Privada: a importância das Organizações para a construção da cidadania deliberativa por meio dos Conselhos Direitos da Criança e do Adolescente. *Revista Reuna*, v. 14, n. 1, 2009.
- ALVES, M. A.; NOGUEIRA, F. do A.; SCHOMMER, P. C.** Profissionalização e Lógicas Institucionais: o Profissional do Investimento Social Privado no Brasil. *EnANPAD*, p. 1–16, 2013.
- ANDION, C.** ATUAÇÃO DAS ONGs NAS DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL NO MEIO RURAL DE SANTA CATARINA: Os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da AGRECO. 2007. Florianópolis, SC, Florianópolis, 2007.
- ANDION, C. et al.** Investimento Social Privado: uma forma de coprodução do bem público? *EnAPG*, p. 1–17, 2010. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enapg87.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2021.
- ANDION, C.** Por uma nova interpretação das mudanças de paradigma na administração pública. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 10, n. 1, p. 01–19, 1 jan. 2012.
- ASSUMPÇÃO, J. J.; CAMPOS, L. M. de S.** Avaliação de projetos sociais em ONGs da Grande Florianópolis: um estudo sobre modelos relacionados ao foco de atuação. *Revista de Administração Publica*, v. 45, n. 1, p. 209–242, 2011.
- BORGES, J. F.; MIRANDA, R.; VALADÃO JÚNIOR, V. M.** O DISCURSO DAS FUNDAÇÕES CORPORATIVAS: CAMINHOS DE UMA “NOVA” FILANTROPIA? *RAE Revista de Administração de Empresas*, v. 47, n. 4, p. 101–115, 2007.
- BRASIL.** Constituição Federal de 1988. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 19 out. 2020.
- BRUDNEY, J. L.; ENGLAND, R. E.** Toward a Definition of the Coproduction Concept. *Public Administration Review*, v. 43, n. 1, p. 59, jan. 1983.
- CATARINA, J. A.; SERVA, M.** Responsabilidade social: contribuições para a análise do investimento social privado. *Reuna*, v. 11, n. 3, p. 321–338, 2004.
- COELHO, M. Q.; GONÇALVES, C. A.** Avaliação do Investimento Social Privado: Estudo de Caso em uma Empresa do Setor Automobilístico. *EnANPAD*, p. 1–16, 2007a.
- COELHO, M. Q.; GONÇALVES, C. A.** UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO PARA O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, v. 1, n. 2, p. 22–40, 3 out. 2007b.
- COMUNITAS.** BISC RELATÓRIO 2020. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <[https://www.comunitas.org/wp-content/uploads/2021/05/BISC\\_2020\\_RelatórioFinal\\_DIGITAL.pdf](https://www.comunitas.org/wp-content/uploads/2021/05/BISC_2020_RelatórioFinal_DIGITAL.pdf)>. Acesso em: 3 jun. 2021.
- CONFORTO, E. C.; AMARAL, D. C.; SILVA, S. L. Da.** Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos. 8º Congresso Brasileiro de Gestão de Desenvolvimento de Produto - CNGDP 2011, n. 1998, p. 1–12, 2011.
- FERNANDES, V. D. C.; VASCONCELOS, A. C. van H.; VALADÃO JUNIOR, V. M.** Gestão socioambiental em ONGs: um olhar a partir do desempenho empresarial e suas percepções como stakeholders de outras organizações. *Revista Metropolitana de Sustentabilidade*, v. 04, p. 25–46, 2014.
- FONSECA, M. do S. S.; LADEIRA, R.; CAJAZEIRA, J. E. R.** Será o Investimento Social Privado uma Oportunidade para o Desenvolvimento de Territórios? *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, v. 10, n. 1, p. 145–159, 2021.
- GARAY, A.** As representações sociais de jovens participantes de projeto social de inserção no mercado de trabalho. *Revista de Gestão*, v. 18, n. 1, p. 93–109, 1 jan. 2011.
- GENTIL, D.; FERREIRA, G. T. C.** Como as empresas integrantes da Carteira ISE avaliam o retorno do investimento social privado. *Revista Organizações em Contexto*, v. 15, n. 29, p. 97, 4 fev. 2019.
- GENTIL, D.; FERREIRA, G. T. C.; RODRIGUES, I.** Investimento Social Privado: A Estratégia e Gestão das Fundações e Institutos. *Revista de Administração da UFSM*, v. 12, n. 5, p. 1044–1060, 2019.
- GIFE.** Censo GIFE 2018. 2018a. Disponível em: <<https://mosaico.gife.org.br/censo-gife>>. Acesso em: 3 jun. 2021.



**GIFE.** Investimento social aposta na cooperação para transformar gestão pública. Disponível em: <<https://gife.org.br/investimento-social-aposta-na-cooperacao-para-gerar-transformacoes-nas-praticas-da-gestao-publica/>>. Acesso em: 3 jun. 2021b.

**GIFE.** Entenda o que é Investimento Social Privado no Brasil. Disponível em: <<https://gife.org.br/investimento-social-privado/>>. Acesso em: 16 out. 2020.

**GIL, A. C.** Como elaborar Projetos de Pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

**HART, C.** Doing a Literature Review: Releasing the Social Science Research Imagination. London: SAGE Publications, 1998.

**INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL.** Conceitos Básicos e Indicadores de Responsabilidade Social Empresarial. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <[www.ethos.org.br/rej](http://www.ethos.org.br/rej)>. Acesso em: 19 out. 2020.

**KISIL, M.; FABIANI, P. M. J.** RETORNO SOCIAL DO INVESTIMENTO (SROI): METODOLOGIA QUE TRADUZ O IMPACTO SOCIAL PARA O INVESTIDOR. Revista Pensamento & Realidade. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/27020>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

**KRIEGER, M. G. M.; ANDION, C.** Legitimidade das organizações da sociedade civil: Análise de conteúdo à luz da teoria da capacidade crítica. Revista de Administração Pública, v. 48, n. 1, p. 83–110, 2014.

LEVY, Y.; ELLIS, T. J. A systems approach to conduct an effective literature review in support of information systems research. Informing Science, v. 9, p. 181–211, 2006.

**MACKE, J.; CARRION, R. M.; DILLY, E. K.** Programas sociais corporativos e capital social: proposta de qualificação. Revista de Administração Contemporânea, v. 14, n. 5, p. 836–853, out. 2010.

**MENDONÇA, P. M. E.; SANTOS, P. S.** Investimento social privado e políticas públicas de educação: interações mediadas por múltiplas lógicas institucionais. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 25, n. 80, 2 jan. 2020.

**MILANI FILHO, M. A. F.** Responsabilidade social e investimento social privado: entre o discurso e a evidenciação. Revista Contabilidade & Finanças, v. 19, n. 47, p. 89–101, ago. 2008.

**MOTTA, V. C.** Investimento social privado em educação: desmonte do caráter público da educação. Revista HISTEDBR On-line, v. 16, n. 68, p. 323, 30 out. 2016.

**MYERS, A.** O valor da diversidade racial nas empresas. Estudos Afro-Asiáticos, v. 25, n. 3, p. 483–515, 2003.

**NOGUEIRA, F. D. A.; SCHOMMER, P. C.** Quinze anos de investimento social privado no Brasil: Conceito e práticas em construção. XXXIII EnANPAD, p. 1–16, 2009.

**PERRET, N.; JUNQUEIRA, L.** Investimento Social Privado: o papel das fundações corporativas na gestão das políticas sociais. Reuna, v. 16, n. 2, p. 121–138, 16 maio 2011.

**SCHOMMER, P. C.** Investimento social das empresas: cooperação organizacional num espaço compartilhado. Organizações & Sociedade, v. 7, n. 19, p. 145–160, dez. 2000.

**SILVA, A. G. da; SCHOMMER, P. C.** Fundações comunitárias no Brasil: perspectivas de liderança em processos de desenvolvimento socioterritorial. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 14, n. 55, p. 163–191, 2009.

**SOUZA, S. de et al.** Responsabilidade Social E Marketing Social Na Monsanto: Análise Pelo Continuum Da Colaboração. Revista Metropolitana de Sustentabilidade, v. 8, n. 2, p. 6–20, 2018.

**THOENIG, J.-C.; DURAN, P.** L'État et la gestion publique territoriale. Revue française de science politique, v. 46, n. 4, p. 580–623, 1996. Disponível em: <[https://www.persee.fr/doc/rfsp\\_0035-2950\\_1996\\_num\\_46\\_4\\_395082](https://www.persee.fr/doc/rfsp_0035-2950_1996_num_46_4_395082)>. Acesso em: 3 jun. 2021.

**TOMBI, W. C.; SALM, J. F.; MENEGASSO, M. E.** Responsabilidade social, voluntariado e comunidade: estratégias convergentes para um ambiente de co-produção do bem público. Organizações & Sociedade, v. 13, n. 37, p. 125–141, jun. 2006.